



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ

9100-157 Santa Cruz – Madeira

NIPC 511244681 – Telefone 291520100 – Fax 291524062

ATA Nº 06/2020

Mandato 2017 – 2021

REUNIÃO ORDINÁRIA

DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ

REALIZADA A 05 DE MARÇO DE 2020

Ao quinto dia do mês de março do ano de dois mil e vinte no Edifício da Câmara Municipal, teve lugar uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Santa Cruz do mandato de 2017/2021, sob a presidência do Senhor Presidente, Filipe Martiniano Martins de Sousa, achando-se presentes o Senhor Vice-Presidente José Miguel Velosa Barreto Ferreira Alves e os Senhores (as) Vereadores(as), Élia Luísa Dias Gonçalves Ascensão, Dúlio Gil Alves Freitas, Jaime Casimiro Nunes da Silva e Edite Pestana Rocha Alves. Faltou à reunião, com justificação, o Exmo. Senhor Vereador José Arlindo Aguiar Gouveia. A reunião foi secretariada pela Adjunta do Gabinete de Apoio à Presidência, Maria Fátima Vasconcelos Freitas Cruz. -----
Declarada aberta a sessão pelo Senhor Presidente da Câmara, às nove horas e nove minutos, deu a Câmara início à reunião e, em seguida, à apreciação dos assuntos constantes da Ordem de Trabalhos, com a seguinte sequência:-----

A – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA; -----

Neste período a Senhora Vereadora Edite Alves tomou da palavra para referir que, em visita à freguesia de Santo António da Serra não deixou de reparar no bem que está o parque infantil, bem como o espaço de manutenção para os adultos, referindo que, em Santa Cruz, dado o amplo espaço de promenade, também faz falta algo assim, com máquinas de manutenção, deixando assim a sugestão. -----

O Senhor Presidente frisa que o espaço referido em Santa Cruz, não é propriedade do Município, pese embora o Município estar a atuar ali a nível de limpeza, bem como manutenção dos jardins, para tornar o espaço mais agradável. Já foi notificada a APRAM para ajudar, mas foi informando que não tinham meios, pelo que o Município decidiu atuar. -----

Mais disse o Senhor Presidente que acha realmente boa ideia a colocação de equipamentos de manutenção, todavia fica renitente no investimento em propriedade alheia, ficando a aguardar o plano de investimento que parece estar previsto para aquela área, por parte dos proprietários. -----

Passou o Senhor Presidente a palavra à Senhora Vereadora Élia Ascensão para que esta falasse da festa da flor no Concelho, assim, começou a Senhora Vereadora por dizer que, no dia de ontem foi feita a apresentação do *Santa Cruz em Flor*, evento que terá a duração de um mês, entre vinte e nove de abril e trinta e um de maio, será o segundo ano que o Município leva para o terreno este cartaz, com os habituais cenários da empresa *Alpendre*, e com a novidade

de haver dois artistas a fazer instalações artísticas. Mais disse que uma dessas instalações ficará nos jardins do Tribunal e a outra ficará em frente à Câmara Municipal. Haverá ainda animação de rua aos sábados e domingos. Quanto à cerimónia de abertura, para a qual aproveita para convidar os presentes, informa que está previsto incorporar na mesma o *Muro da Paz*, considerando ser um momento bastante simbólico porque terá a pareceria da CPCJ, que irá encerrar o mês de abril com o mote “*numa criança nem com uma flor se bate*”, onde irão participar algumas centenas de crianças das escolas do primeiro ciclo. Continuou informando que um dos pontos altos deste cartaz são os *Clássicos em Flor*, da responsabilidade de Isabel Borges e que conta com a participação de cerca de cento e cinquenta figurantes, estando já garantidos vinte clássicos de excelência, mas obviamente que irá também tentar acolher todos os clássicos que existam em Santa Cruz e que queiram vir se juntar à festa. Finalizou dizendo que é uma vez mais um segundo cartaz turístico, tal como o natal, e pretende criar razões para que as pessoas tenham interesse em vir a Santa Cruz. Aproveitou a oportunidade para partilhar duas curiosidades, sendo que a que considera ter maior impacto será uma cadeira de vimes gigante, com quase quatro metros, que está a ser feita no Rochão, de propósito para este evento, por um artesão do concelho, o Senhor José Pedro da Camacha e o seu filho, e será colocada mesmo à entrada de Santa Cruz, no intuito de despertar a vontade das pessoas em entrar na cidade. Outra particularidade / novidade são as canoas típicas que serão colocadas junto ao cabrestante. Finalizou dizendo que o que está a tentar é que os cenários sejam etnográficos para além de alegóricos.

O Senhor Presidente tomou da palavra para dar conhecimento de algumas empreitadas que estão em curso e em fase de preparação de lançamento. Assim, começou por enumerar que a primeira tem a ver com o combate às perdas de água, que já iniciada na zona piloto de Gaula, na descida para o Madeira Cash, fazendo ligação para a zona baixa Santa Cruz, parte da Palmeira, zona do Caniço.

Também na zona do Salão está em vias de conclusão a rede de esgotos que liga, desde a Rua do Salão ao Caminho da Lombada, e um ramal no caminho do ribeiro do Louro (desde a Faia à Rua do Salão).

Fez ainda referência ao plano de investimentos de repavimentação nos arruamentos ao Sítio de São Sebastião, Rua do Cano e Estradados Moinho, Santa Cruz. Em fase de projeto está o caminho da Eiras, Caniço e Caminho do Marão em Santa Cruz, e a repavimentação da avenida 25 de Junho, em Santa Cruz.

O Senhor Presidente durante este ponto deu conhecimento da pretensão da Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal de realizar uma sessão de assembleia extraordinária temática dia 23 de abril, relativamente ao 25 de Abril.

B – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

Capítulo I – Ata da Reunião Anterior

1 - Proposta da Ata nº 05/2020 - Reunião Ordinária Pública Descentralizada, realizada a 20 de fevereiro de 2020;

Deliberação n.º 42/2020 – Aprovado por unanimidade dos presentes na reunião em apreço.

(A ata em apreço faz parte integrante, como anexo, da presente ata e constará de arquivo próprio).

Capítulo II – Gabinete da Presidência

2 – Análise, discussão e votação da Proposta Nº 40/2020 – Transferência de localização da farmácia Santo Amaro – (subscrita pelo Senhor Vereador Dúlio Freitas); -----

O Senhor Presidente informou que a decisão de retirar esta proposta fundamentou-se no Dec. Lei N.º 171/2012, onde diz que há um prazo de 60 dias para a câmara responder ao requerimento, e no seu n.º 5 do artigo 26.º diz que a não emissão do parecer a que se refere o n.º 3, no prazo fixado para o efeito, entende-se como parecer favorável. Assim, não tem lugar a necessidade desta deliberação. -----

Deliberação n.º 43/2020 – Retirado da Ordem de Trabalhos. -----

-----CAPÍTULO III – Divisão de Urbanismo e Planeamento-----

3 - Análise, discussão e votação da Proposta Nº 37/2020 – Declaração de caducidade do projeto de arquitetura – (subscrita pelo Senhor Vereador Dúlio Freitas). -----

Neste ponto o Senhor Presidente passou a palavra ao Exmo. Senhor Vereador Dúlio Freitas que disse estar em causa um projeto de arquitetura elaborado pelos serviços técnicos do Município, como contrapartida pela cedência de terreno para a construção de um arruamento entre a Achada de Cima e o sítio da Fonte dos Almocreves, requerido por João José Mendonça Gouveia. -----

Continuou, em alusão ao exarado na proposta, informando que, o projeto de arquitetura foi aprovado em 2011-09-23, por despacho do então presidente da Câmara Municipal José Alberto de Freitas Gonçalves. -----

Em 2015-02-11, foi requerido a renovação da aprovação do projeto de arquitetura, o qual foi concedido em 2015-03-11, tendo o requerente sido notificado a apresentar os projetos de especialidades. -----

O processo foi averbado para o nome de Alexandra Silvestre da Câmara Castro em 2015-06-05 e posteriormente para o nome de Martinho de Abreu Brazão em 2015-10-22. -----

Os projetos de especialidade não foram apresentados dentro do prazo legal de 6 meses. Em outubro de 2015, foi concedida a prorrogação do prazo por 3 meses. O requerente solicitou em 15 de outubro de 2019, autorização para dar andamento ao processo com a entrega dos projetos de especialidade para licenciamento da construção, uma vez que, o processo esteve parado, por motivos de doença alheios à sua vontade. -----

De acordo com o parecer jurídico emitido em 2019-11-11, atendendo a que decorreu o prazo legal para apresentação dos projetos de especialidade, incluindo a prorrogação de 3 meses concedida e o período de suspensão de 6 meses, ocorreu a caducidade do ato de aprovação do projeto de arquitetura. -----

Finalizando informou que, existindo alterações de direito relevantes, não é possível haver renovação do ato de aprovação da arquitetura, pelo que, tem de ser declarado a caducidade do ato de aprovação do projeto de arquitetura, pelo que a presente deliberação prevê a caducidade do ato de aprovação do projeto de arquitetura. -----

Deliberação n.º 44/2020 – Aprovado por unanimidade. (A Proposta em apreço faz parte integrante, como anexo, da presente ata e constará de arquivo próprio). -----

4 - Análise, discussão e votação Proposta Nº 38/2020 – Proposta para fins de emissão de certidão de localização para instrução de licenciamento industrial na DRET – Proc. N.º 243/20 – Ricardo Rafael Vieira Alves – (subscrita pelo Senhor Vereador Dúlio Freitas). -----

Neste ponto o Senhor Presidente passou a palavra ao Exmo. Senhor Vereador Dúlio Freitas

que disse que o requerente pretende que seja emitida uma certidão de autorização de localização para um estabelecimento de produção tradicional de pão de fermentação natural, a levar a efeito num prédio, localizado ao sítio do Lombo das Raízes, freguesia de Santo António da Serra. -----

Assim, considerando os factos melhor descritos na proposta, pretende-se deliberar que seja autorizada a emissão de certidão de localização, para fins de licenciamento de estabelecimento industrial, relativo à instalação de um estabelecimento de produção tradicional de pão de fermentação natural, e que, atendendo a que o prédio se encontra plenamente identificado num espaço cujos usos se encontram identificados no artigo 33º (Usos e atividades) que admite usos industriais e armazenagem, desde que, compatíveis com a atividade residencial e estejam integrados nas condições de edificabilidade definidas para a zona (que é o caso) entende-se que, pode ser concedida a autorização de localização e, posteriormente, deverá proceder à alteração da autorização de utilização existente (habitação) para indústria.

Deliberação n.º 45/2020 – Aprovado por unanimidade. (A Proposta em apreço faz parte integrante, como anexo, da presente ata e constará de arquivo próprio). -----

----- CAPÍTULO IV– Ata em Minuta -----

5 - Aprovação da Ata em Minuta n.º 06/2020. -----

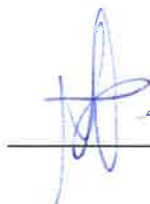
Deliberação n.º 46/2020 – Aprovado por unanimidade. (A Ata em apreço faz parte integrante, como anexo, da presente ata e constará de arquivo próprio).-----

Tendo sido considerados findos os trabalhos pelas nove horas e trinta e dois minutos foi a reunião encerrada, lavrando-se para constar ata em minuta, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que foi assinada pelo Senhor Presidente, Filipe Martiniano Martins de Sousa, e pela Adjunta do Gabinete de Apoio à Presidência, Maria Fátima Vasconcelos Freitas Cruz.-----

O Presidente



A Adjunta



PROPOSTA N.º 37/2020

Mandato 2017/2021

Declaração de caducidade do projeto de arquitetura

I. Objetivos e fundamentação

Em causa está um projeto de arquitetura elaborado pelos serviços técnicos do Município, como contrapartida pela cedência de terreno para a construção de um arruamento entre a Achada de Cima e o sítio da Fonte dos Almocreves, requerido por João José Mendonça Gouveia.

O projeto de arquitetura foi aprovado em 2011-09-23, por despacho do então presidente da Câmara Municipal José Alberto de Freitas Gonçalves.

Em 2015-02-11, foi requerido a renovação da aprovação do projeto de arquitetura, o qual foi concedido em 2015-03-11, tendo o requerente sido notificado a apresentar os projetos de especialidades.

O processo foi averbado para o nome de Alexandra Silvestre da Câmara Castro em 2015-06-05 e posteriormente para o nome de Martinho de Abreu Brazão em 2015-10-22.

Os projetos de especialidade não foram apresentados dentro do prazo legal de 6 meses. Em outubro de 2015, foi concedida a prorrogação do prazo por 3 meses. O requerente solicitou em 15 de outubro de 2019, autorização para dar andamento ao processo com a entrega dos projetos de especialidade para licenciamento da construção, uma vez que, o processo esteve parado, por motivos de doença alheios à sua vontade.

De acordo com o parecer jurídico emitido em 2019-11-11, atendendo a que decorreu o prazo legal para apresentação dos projetos de especialidade, incluindo a prorrogação de 3 meses concedida e o período de suspensão de 6 meses, ocorreu a caducidade do ato de aprovação do projeto de arquitetura.

Existindo alterações de direito relevantes, não é possível haver renovação do ato de aprovação da arquitetura, pelo que, tem de ser declarado a caducidade do ato de aprovação do projeto de arquitetura.

II. Enquadramento legal

De acordo com o artigo 20º, nº4 do RJUE, o prazo para apresentação dos projetos de especialidades e outros estudos necessários à execução da obra é de seis meses a contar da notificação do ato que

aprovou o projeto de arquitetura, caso não tenham sido apresentados tais projetos com o requerimento inicial.

Esse prazo pode ser prorrogado por uma só vez, e por período não superior a 3 meses, mediante requerimento fundamentado apresentado antes do respetivo termo (artigo 20º, nº5 do RJUE).

A falta de apresentação dos projetos de especialidades no prazo estabelecido ou no termo da sua prorrogação, implica a suspensão do procedimento de licenciamento pelo período máximo de seis meses, findo o qual é declarada a caducidade após audiência prévia do interessado (artigo 20º, nº6 do RJUE).

Para cumprimento da imposição legal, procedeu-se à audiência prévia dos interessados, para no prazo de 15 dias o requerente dizer o que se lhe oferecer útil à resolução referida, com vista à declaração de caducidade do projeto de arquitetura, com fundamento no parecer jurídico supramencionado. O requerente em cumprimento da audiência do interessado nada disse que, pudesse alterar o sentido da decisão.

III. Cabimento orçamental

Não se aplica.

IV. Deliberação

Assim, tenho a honra de propor que, a Câmara Municipal ao abrigo dos preceitos legais anteriormente mencionados, **delibere aprovar:**

1. **A caducidade do ato de aprovação do projeto de arquitetura;**
2. **Que a tramitação da presente deliberação seja conduzida pela Divisão de Urbanismo e Planeamento.**

Paços do Concelho de Santa Cruz, 2 de março, de 2019

O Vereador,



Dúlio Gil Alves Freitas

(1) Vereador, no uso da nomeação que lhe advém do Despacho Nº 221/2017 (Nomeação de Vereadores em Regime de Tempo Inteiro), de 23 de outubro de 2017, publicitado pelo Edital nº 188/2017, com os seguintes Pelouros: Urbanismo e Ordenamento do Território; Regeneração Urbana; Obras Públicas Municipais; Rede Viária e Trânsito; Transportes Públicos e Infraestruturas; Toponímia; Informação, Geografia e Cadastro; Fiscalização Municipal; Mercados e Feiras, no uso da competência que lhe advém do Despacho nº 224/2017 (Delegação e Subdelegação de Competências), de 27 de outubro de 2017, publicitado pelo Edital nº 192/2017, cuja publicação teve lugar no Diário da República, 2.ª série – N.º 217 – 10 de novembro de 2017 e no Jornal da Madeira de 12 de novembro, páginas 14 e 15.





MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
CÂMARA MUNICIPAL

GABINETE DE GESTÃO E URBANISMO

TITULAR DO PROCESSO	MARTINHO DE ABREU BRAZAO		
REQUERENTE	MARTINHO DE ABREU BRAZAO		
N.º REQUERIMENTO	3871/19	N.º PROCESSO	923/07
DATA DE INFORMAÇÃO	2020/01/29		
TECNICO / FUNCIONARIO	ANA CRISTINA RODRIGUES ANDRADE		
ASSUNTO	Cumprimento de ofício		

CONTEÚDOS

O requerente em resposta ao ofício com a nossa referência DUP-2868/19 de 2019-12-05, relativo à audiência dos interessados, solicita que não seja declarado a caducidade do ato de aprovação do projeto de arquitetura, estando na disponibilidade de dar entrada de novos elementos que se mostrem necessários para viabilizar a pretensão de renovação do ato de aprovação do projeto de arquitetura, dado que a legislação em vigor aplicável sofreu alterações.

O exposto, em nada altera o sentido da decisão proferida, pelo que, tem de ser declarada a caducidade do projeto de arquitetura, nos termos e com os fundamentos na informação jurídica de 2019-11-11.

À superior consideração.

AOS-2020/1/29

Técnico/ Funcionário

Ana Cristina Rodrigues Andrade

Parecer / Encaminhamento	Despacho
	<p>A reunião da Câmara para' declarar a caducidade do Projeto de Arquitetura.</p> <p><i>DA</i></p>

30. Janeiro. 2020



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
CÂMARA MUNICIPAL

Exmo. Senhor

Martinho Abreu Brazão

Rua Dr. José Joaquim Freitas, n.º 21 - G

9060-143 Funchal

Vossa Referência

Data

Nossa Referência

Data

DUP- 2868/19

2019/12/05

ASSUNTO: "Audiência dos interessados

Projeto de construção de uma moradia unifamiliar, em prédio localizado ao sítio da Fonte dos Almocreves - Santa Cruz."

Proc. n.º 923/07 LE-EDI

Com referência ao assunto supra mencionado, serve o presente para notificar V.Exa, do meu despacho de 03.12.2019. que se transcreve:

"Proceda-se à audiência dos interessados, no prazo de 15 dias a dizer o que se lhe oferecer útil à resolução referida, com vista à declaração de caducidade do projeto de arquitetura, com fundamento no parecer jurídico emitido em 2019.11.11."

Em conformidade com o que dispõem os artigos 121.º e 112.º do Código do Procedimento Administrativo, ficam V.Exa notificado que, tudo indica que – salvo a obtenção de novos elementos em contrário – **em próxima decisão final será declarada a caducidade do projeto de arquitetura, nos termos e com os fundamentos da informação jurídica emitida em 2019.11.11.***

*

Enquadramento dos factos

Em causa está um pedido de licenciamento para construção duma moradia, cujo procedimento iniciou-se em abril de 2011.

O projeto de arquitetura foi elaborado pelos nossos serviços como contrapartida pela cedência de terreno – "Arruamento de ligação entre a Achada de Cima Gaula ao Sítio da Fonte dos Almocreves".

O projeto de arquitetura foi aprovado por despacho de 23/9/2011.

Os projetos de especialidades inerentes à obra a executar não foram apresentados, no prazo



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
CÂMARA MUNICIPAL

legal de 6 meses.

Em fevereiro de 2015, os requerentes solicitaram uma renovação do ato de aprovação do projeto de arquitetura.

Por despacho de 11/3/2015 foi renovado o ato de aprovação do projeto de arquitetura.

Os requerentes foram notificados a apresentar os projetos de especialidades, no prazo de 6 meses em março de 2015.

Em março de 2015 ocorreu a transmissão da propriedade do prédio objeto do pedido. A adquirente do prédio foi notificada a efetuar o pagamento das taxas inerentes ao averbamento de substituição, em inícios de junho, não tendo satisfeito o solicitado.

Em finais de junho foi efetuada uma nova transmissão do prédio, comunicada à Câmara Municipal em setembro do mesmo ano. Nesse mesmo requerimento foi solicitada a prorrogação do prazo, para apresentação das especialidades.

Por despacho datado de 22/10/2015, foi concedida a prorrogação do prazo por três meses (90 dias).

O interessado foi notificado da decisão, bem como, da obrigação de efetuar o pagamento das taxas inerentes ao averbamento da substituição operada, em 26/10/2015.

Por requerimento datado de 15 de outubro de 2019 (quase 4 anos depois) o requerente vem solicitar que, seja autorizado efetuar o pagamento das taxas relativas ao averbamento do processo para o seu nome, bem como, para dar andamento ao procedimento com a entrega das especialidades, justificando que, o procedimento esteve parado, por motivos de doença alheios à sua vontade.

Ao gestor de procedimento surgiram dúvidas relativamente à pretensão de dar continuidade ao processo, pelo que, no seu entender deveria ser colhido parecer jurídico, a fim de saber qual o procedimento a seguir.

A fim de, esclarecer a situação foi solicitado parecer jurídico pela Chefe de Divisão do Urbanismo.

Enquadramento Jurídico

Nos termos do artigo 20º, n.º 4 do RJUE, o interessado deve apresentar os projetos de especialidades e outros estudos necessários à execução das obras, no prazo de seis meses a contar da notificação do ato que, aprovou o projeto de arquitetura caso não tenha apresentado tais projetos com o requerimento inicial.

O prazo de apresentação dos projetos de especialidades pode ser prorrogado por uma única vez



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
CÂMARA MUNICIPAL

e por período não superior a três meses, mediante requerimento fundamentado apresentado antes do respetivo termo (artigo 20º, n.º 5 do RJUE).

A falta de apresentação dos projetos de especialidades e outros estudos no prazo estabelecido no n.º 4 ou naquele que resultar da prorrogação, implica a suspensão do processo de licenciamento pelo período máximo de 6 meses, findo o qual é declarada a caducidade após audiência prévia do interessado (artigo 20º, n.º 6 do RJUE).

A caducidade é entendida, pela doutrina e pela jurisprudência, como uma caducidade preclusiva, cuja declaração se limita a verificar o decurso do prazo.

Se for declarada a caducidade, resta ao particular apenas a abertura de um novo procedimento. Quando não existem alterações de facto e de direito relevantes, entende-se que pode a Administração renovar o ato de aprovação do projeto de arquitetura praticado no procedimento que foi extinto.

De referir que o RJUE e a Portaria que o regulamenta, bem a legislação aplicável à elaboração dos projetos, designadamente no que concerne a acessibilidades, térmica, acústica e segurança contra riscos de incêndios já sofreram várias alterações desde a data em que foi elaborado o projeto de arquitetura a que se refere o presente processo.

Conclusão

Uma vez que, já decorreu o prazo legal para a apresentação dos projetos de especialidades, incluindo a prorrogação de 3 meses concedida e o período de suspensão de 6 meses, ocorreu a caducidade do ato de aprovação do projeto de arquitetura.

Assim sendo, deve ser declarada a caducidade do ato de aprovação do projeto de arquitetura, com audiência prévia do interessado.

Existindo alterações de direito relevantes, não é possível haver renovação do ato de aprovação da arquitetura.

Mas, atendendo a que os dispositivos legais acima referenciados determinam que antes da decisão definitiva seja feita **audiência ao interessado** a fim de proporcionar, informar ou documentar melhor os factos, fica também notificado para apresentar por escrito, **no prazo de 15 dias**, a contar da data da receção do presente ofício, informação ou que se lhe oferecer útil à resolução referida, podendo até requerer diligências complementares e juntar documentos que considere ser do seu interesse.

527



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
CÂMARA MUNICIPAL

Mais se informa que, o processo se encontra disponível para consulta no horário normal de expediente (09:00 às 16:30 horas), na Secretaria de Obras Particulares deste Município.

Com os melhores cumprimentos.

O Vereador, ⁽¹⁾

Dúlio Gil Alves Freitas

S.P.


⁽¹⁾ Vereador, no uso da nomeação que lhe advém do Despacho Nº 221/2017 (Nomeação de Vereadores em Regime de Tempo Inteiro), de 23 de outubro de 2017, publicitado pelo Edital nº 188/2017, com os seguintes Pelouros: Urbanismo e Ordenamento do Território; Regeneração Urbana; Obras Públicas Municipais; Rede Viária e Trânsito; Transportes Públicos e Infraestruturas; Toponímia; Informação, Geografia e Cadastro; Fiscalização Municipal, cuja publicação teve lugar no Diário da República, 2.ª série – N.º 217 – 10 de novembro de 2017 e no Jornal da Madeira de 12 de novembro, páginas 14 e 15.

*Exmo Senhor
Presidente da Camara Municipal
de Santa Cruz*

*ASSUNTO; Licenciamento de Obras Particulares
Projecto de Construção de moradia unifamiliar ao Sítio da
Fonte dos Almocreves-Santa Cruz.
Proc nº 923/07 CN*

*Martinho Abreu Brazao, Contribuinte Fiscal nº 153063521, residente à
Rua Dr Jose Joaquim de Freitas nº 21-G, freguesia de Santa Maria Maior,
concelho do Funchal, na qualidade de proprietário de um prédio sito em
Fonte dos Almocreves, Santa Cruz, e sobre o qual existe um processo de
licenciamento de obras particulares sob o nº 923/07 vem por este meio
solicitar a V.Exa., que lhe seja autorizado efectuar nesta data o
pagamento das taxas relativas ao averbamento do referido processo em
seu nome, dando cumprimento ao informado no vosso ofício DUP.1486/15.
Solicita ainda autorização, para dar andamento ao processo com a
entrega dos projectos de especialidades, para o licenciamento da
construção.*

*Mias informa que o processo esteve estacionário por motivos de doença,
alheios a sua vontade.*

Pede deferimento

Santa Cruz, 15 de Outubro de 2019

478



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
CÂMARA MUNICIPAL

GABINETE DE GESTÃO E URBANISMO

TITULAR DO PROCESSO	MARTINHO DE ABREU BRAZAO		
REQUERENTE	MARTINHO DE ABREU BRAZAO		
N.º REQUERIMENTO	3871/19	N.º PROCESSO	923/07
DATA DE INFORMAÇÃO	2020/01/29		
TECNICO / FUNCIONARIO	ANA CRISTINA RODRIGUES ANDRADE		
ASSUNTO	Cumprimento de ofício		

CONTEÚDOS

O requerente em resposta ao ofício com a nossa referência DUP-2868/19 de 2019-12-05, relativo à audiência dos interessados, solicita que não seja declarado a caducidade do ato de aprovação do projeto de arquitetura, estando na disponibilidade de dar entrada de novos elementos que se mostrem necessários para viabilizar a pretensão de renovação do ato de aprovação do projeto de arquitetura, dado que a legislação em vigor aplicável sofreu alterações.

O exposto, em nada altera o sentido da decisão proferida, pelo que, tem de ser declarada a caducidade do projeto de arquitetura, nos termos e com os fundamentos na informação jurídica de 2019-11-11.

À superior consideração.

AOS-2020/1/29

Técnico/ Funcionário

Ana Cristina Rodrigues Andrade

Parecer / Encaminhamento	Despacho
	<p>A reunião da Câmara para' declarar a caducidade do Projeto de Arquitetura.</p> <p><i>DA</i></p>

30. Janeiro. 2020



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signature]

Exmo. Senhor

Martinho Abreu Brazão

Rua Dr. José Joaquim Freitas, n.º 21 - G

9060-143 Funchal

Vossa Referência

Data

Nossa Referência

Data

DUP- 2868/19

2019/12/05

ASSUNTO: "Audiência dos interessados

Projeto de construção de uma moradia unifamiliar, em prédio localizado ao sítio da Fonte dos Almocreves - Santa Cruz."

Proc. n.º 923/07 LE-EDI

Com referência ao assunto supra mencionado, serve o presente para notificar V.Exa, do meu despacho de 03.12.2019. que se transcreve:

"Proceda-se à audiência dos interessados, no prazo de 15 dias a dizer o que se lhe oferecer útil à resolução referida, com vista à declaração de caducidade do projeto de arquitetura, com fundamento no parecer jurídico emitido em 2019.11.11."

Em conformidade com o que dispõem os artigos 121.º e 112.º do Código do Procedimento Administrativo, ficam V.Exa notificado que, tudo indica que – salvo a obtenção de novos elementos em contrário – **em próxima decisão final será declarada a caducidade do projeto de arquitetura, nos termos e com os fundamentos da informação jurídica emitida em 2019.11.11.***

*

Enquadramento dos factos

Em causa está um pedido de licenciamento para construção duma moradia, cujo procedimento iniciou-se em abril de 2011.

O projeto de arquitetura foi elaborado pelos nossos serviços como contrapartida pela cedência de terreno – "Arruamento de ligação entre a Achada de Cima Gaula ao Sítio da Fonte dos Almocreves".

O projeto de arquitetura foi aprovado por despacho de 23/9/2011.

Os projetos de especialidades inerentes à obra a executar não foram apresentados, no prazo

53H



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
CÂMARA MUNICIPAL

legal de 6 meses.

Em fevereiro de 2015, os requerentes solicitaram uma renovação do ato de aprovação do projeto de arquitetura.

Por despacho de 11/3/2015 foi renovado o ato de aprovação do projeto de arquitetura.

Os requerentes foram notificados a apresentar os projetos de especialidades, no prazo de 6 meses em março de 2015.

Em março de 2015 ocorreu a transmissão da propriedade do prédio objeto do pedido. A adquirente do prédio foi notificada a efetuar o pagamento das taxas inerentes ao averbamento de substituição, em inícios de junho, não tendo satisfeito o solicitado.

Em finais de junho foi efetuada uma nova transmissão do prédio, comunicada à Câmara Municipal em setembro do mesmo ano. Nesse mesmo requerimento foi solicitada a prorrogação do prazo, para apresentação das especialidades.

Por despacho datado de 22/10/2015, foi concedida a prorrogação do prazo por três meses (90 dias).

O interessado foi notificado da decisão, bem como, da obrigação de efetuar o pagamento das taxas inerentes ao averbamento da substituição operada, em 26/10/2015.

Por requerimento datado de 15 de outubro de 2019 (quase 4 anos depois) o requerente vem solicitar que, seja autorizado efetuar o pagamento das taxas relativas ao averbamento do processo para o seu nome, bem como, para dar andamento ao procedimento com a entrega das especialidades, justificando que, o procedimento esteve parado, por motivos de doença alheios à sua vontade.

Ao gestor de procedimento surgiram dúvidas relativamente à pretensão de dar continuidade ao processo, pelo que, no seu entender deveria ser colhido parecer jurídico, a fim de saber qual o procedimento a seguir.

A fim de, esclarecer a situação foi solicitado parecer jurídico pela Chefe de Divisão do Urbanismo.

Enquadramento Jurídico

Nos termos do artigo 20º, n.º 4 do RJUE, o interessado deve apresentar os projetos de especialidades e outros estudos necessários à execução das obras, no prazo de seis meses a contar da notificação do ato que, aprovou o projeto de arquitetura caso não tenha apresentado tais projetos com o requerimento inicial.

O prazo de apresentação dos projetos de especialidades pode ser prorrogado por uma única vez



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
CÂMARA MUNICIPAL

e por período não superior a três meses, mediante requerimento fundamentado apresentado antes do respetivo termo (artigo 20º, n.º 5 do RJUE).

A falta de apresentação dos projetos de especialidades e outros estudos no prazo estabelecido no n.º 4 ou naquele que resultar da prorrogação, implica a suspensão do processo de licenciamento pelo período máximo de 6 meses, findo o qual é declarada a caducidade após audiência prévia do interessado (artigo 20º, n.º 6 do RJUE).

A caducidade é entendida, pela doutrina e pela jurisprudência, como uma caducidade preclusiva, cuja declaração se limita a verificar o decurso do prazo.

Se for declarada a caducidade, resta ao particular apenas a abertura de um novo procedimento. Quando não existem alterações de facto e de direito relevantes, entende-se que pode a Administração renovar o ato de aprovação do projeto de arquitetura praticado no procedimento que foi extinto.

De referir que o RJUE e a Portaria que o regulamenta, bem a legislação aplicável à elaboração dos projetos, designadamente no que concerne a acessibilidades, térmica, acústica e segurança contra riscos de incêndios já sofreram várias alterações desde a data em que foi elaborado o projeto de arquitetura a que se refere o presente processo.

Conclusão

Uma vez que, já decorreu o prazo legal para a apresentação dos projetos de especialidades, incluindo a prorrogação de 3 meses concedida e o período de suspensão de 6 meses, ocorreu a caducidade do ato de aprovação do projeto de arquitetura.

Assim sendo, deve ser declarada a caducidade do ato de aprovação do projeto de arquitetura, com audiência prévia do interessado.

Existindo alterações de direito relevantes, não é possível haver renovação do ato de aprovação da arquitetura.

Mas, atendendo a que os dispositivos legais acima referenciados determinam que antes da decisão definitiva seja feita **audiência ao interessado** a fim de proporcionar, informar ou documentar melhor os factos, fica também notificado para apresentar por escrito, **no prazo de 15 dias**, a contar da data da receção do presente ofício, informação ou que se lhe oferecer útil à resolução referida, podendo até requerer diligências complementares e juntar documentos que considere ser do seu interesse.

527



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
CÂMARA MUNICIPAL

Mais se informa que, o processo se encontra disponível para consulta no horário normal de expediente (09:00 às 16:30 horas), na Secretaria de Obras Particulares deste Município.

Com os melhores cumprimentos.

O Vereador, ⁽¹⁾

Dúlio Gil Alves Freitas

S.P.

⁽¹⁾ Vereador, no uso da nomeação que lhe advém do Despacho Nº 221/2017 (Nomeação de Vereadores em Regime de Tempo Inteiro), de 23 de outubro de 2017, publicitado pelo Edital nº 188/2017, com os seguintes Pelouros: Urbanismo e Ordenamento do Território; Regeneração Urbana; Obras Públicas Municipais; Rede Viária e Trânsito; Transportes Públicos e Infraestruturas; Toponímia; Informação, Geografia e Cadastro; Fiscalização Municipal, cuja publicação teve lugar no Diário da República, 2.ª série – N.º 217 – 10 de novembro de 2017 e no Jornal da Madeira de 12 de novembro, páginas 14 e 15.

*Exmo Senhor
Presidente da Camara Municipal
de Santa Cruz*

*ASSUNTO; Licenciamento de Obras Particulares
Projecto de Construção de moradia unifamiliar ao Sítio da
Fonte dos Almocreves-Santa Cruz.
Proc nº 923/07 CN*

Martinho Abreu Brazao, Contribuinte Fiscal nº 153063521, residente à Rua Dr Jose Joaquim de Freitas nº 21-G, freguesia de Santa Maria Maior, concelho do Funchal, na qualidade de proprietário de um prédio sito em Fonte dos Almocreves, Santa Cruz, e sobre o qual existe um processo de licenciamento de obras particulares sob o nº 923/07 vem por este meio solicitar a V.Exa., que lhe seja autorizado efectuar nesta data o pagamento das taxas relativas ao averbamento do referido processo em seu nome, dando cumprimento ao informado no vosso ofício DUP.1486/15. Solicita ainda autorização, para dar andamento ao processo com a entrega dos projectos de especialidades, para o licenciamento da construção.

Mias informa que o processo esteve estacionário por motivos de doença, alheios a sua vontade.

Pede deferimento

Santa Cruz, 15 de Outubro de 2019

478



Reunião de Câmara

05/03/2020Deliberação n.º 45/2020Aprovado por unan-
imidade**PROPOSTA N.º 38/2020**

Mandato 2017/2021

Proposta para fins de emissão de certidão de localização para instrução de licenciamento industrial na DRET

Proc. n.º 243/20**Ricardo Rafael Vieira Alves****I. Objetivos e fundamentação**

O requerente pretende que seja emitida uma certidão de autorização de localização para um estabelecimento de produção tradicional de pão de fermentação natural, a levar a efeito num prédio, localizado ao sítio do Lombo das Raízes, freguesia de Santo António da Serra.

II. Enquadramento legal

Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 14º do Decreto Legislativo Regional nº 8/2013/M, de 18 de fevereiro, todos os estabelecimentos industriais necessitam de autorização de localização a emitir pela Câmara Municipal territorialmente competente, com exceção dos estabelecimentos industriais a instalar nos Parques Empresariais.

De acordo com o parecer técnico de 2020-02-12:

O prédio localiza-se em Espaços Urbanos – Espaços Urbanos de Expansão e Colmatagem de Baixa Densidade, cujas normas de uso e os parâmetros urbanísticos, estão preconizados no artigo 40.º do regulamento do PDM.

III. Cabimento orçamental

Não se aplica.



IV. Deliberação

Assim, considerando os factos expostos **tenho a honra de propor que a Câmara Municipal, delibere aprovar o seguinte:**

1. **Autorizar a emissão de certidão de localização, para fins de licenciamento de estabelecimento industrial, relativo à instalação de um estabelecimento de produção tradicional de pão de fermentação natural;**
2. **Atendendo a que, o prédio se encontra *plenamente* identificado num espaço cujos usos se encontram identificados no artigo 33º (Usos e atividades) que admite usos industriais e armazenagem, desde que, compatíveis com a atividade residencial e estejam integrados nas condições de edificabilidade definidas para a zona (que é o caso) entendemos que, pode ser concedido a autorização de localização e, posteriormente, deverá proceder a alteração da autorização de utilização existente (habitação) para indústria;**
3. **Que a tramitação da presente deliberação seja conduzida pela Divisão de Urbanismo e Planeamento.**

Paços do Concelho de Santa Cruz, 2 de março, 2018.

O Vereador,



Dúlio Gil Alves Freitas

⁽¹⁾ Vereador, no uso da nomeação que lhe advém do Despacho N.º 221/2017 (Nomeação de Vereadores em Regime de Tempo Inteiro), de 23 de outubro de 2017, publicitado pelo Edital n.º 188/2017, com os seguintes Pelouros: Urbanismo e Ordenamento do Território; Regeneração Urbana; Obras Públicas Municipais; Rede Viária e Trânsito; Transportes Públicos e Infraestruturas; Toponímia; Informação, Geografia e Cadastro; Fiscalização Municipal, cuja publicação teve lugar no Diário da República, 2.ª série – N.º 217 – 10 de novembro de 2017 e no Jornal da Madeira de 12 de novembro, páginas 14 e 15.



Ricardo Rafael Vieira Alves
Estrada Santo António da Serra Nº414
9100-259 Santo António da Serra
Telemóvel: 910 049 893
Email: ricardalves@gmail.com

Exmo. Senhor Presidente da Câmara
Municipal de Santa Cruz

Assunto: Pedido de Autorização de Localização e de emissão da respectiva certidão

Eu, Ricardo Rafael Vieira Alves, contribuinte n.º 196003270, venho solicitar a Vossa Exa., para efeitos do disposto no n.º 3 do Artigo 14º do Decreto Legislativo Regional n.º 28/20009/M, de 25 de Setembro, alterado e repudiado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 8/2013/M, de 18 de Fevereiro, que seja autorizada a localização do estabelecimento de Unidade Artesanal de Produção de Pão de Fermentação Natural, na Estrada Regional Santo António da Serra n.º 414 – Freguesia de Santo António da Serra – Concelho de Santa Cruz, e que seja emitida a respectiva certidão comprovativa da aprovação da localização.

O pretendido documento destina-se a instruir o processo de licenciamento industrial a apresentar na Direcção Regional de Economia e Transportes.

Anexos: 1) Extrato da planta do PDM. 2) Planta de localização à escala 1/25000.

Santa Cruz, 7 de Fevereiro 2020



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ

Seção de Arquitetura e Desenho



Legenda de Ordenamento

1 - ESPAÇOS URBANOS

- Perímetro Urbano
- 1.1 Espaços Urbanos Antigos ou Históricos
- 1.2 Espaços Urbanos Consolidados
- 1.3 Espaços Urbanos de Expansão e Colmatação de Alta Densidade
- 1.4 Espaços Urbanos de Expansão e Colmatação de Média Densidade
- 1.5 Espaços Urbanos de Expansão e Colmatação de Baixa Densidade
- 1.6 Espaços Urbanos a Qualificar
- 1.7 Espaços Industriais
- 1.8 Espaços de Equipamento
- 1.9 Espaços Verdes Urbanos
- 1.10 Espaços Degradados a Regenerar
- 1.11 Espaços Naturais em Meio Urbano
(dentro do Espaço Urbano)

2 - ESPAÇOS AGRO-FLORESTAIS

- 2.1 - Espaços Florestais
 - a - Floresta Natural Laurissilva
 - b - Outros tipos de Floresta Natural
 - c - Floresta Mista
 - d - Floresta Exótica
 - e - Matos
- 2.2 - Espaços Agrícolas
- 2.3 - Espaços Residenciais em Meio Rural
- 2.4 - Espaços de Paisagem Humanizada a Proteger
(dentro do Espaço Urbano)
- 2.5 - Espaços de Habitação Dispersa
- 2.6 - Espaços de Ocupação Humanizada a Requalificar
(dentro do Espaço Urbano)
- 2.7 - Espaços de Indústria Pecuária

3 - ESPAÇOS NATURAIS

- 3.1 - Espaços Naturais de Uso Interdito
- 3.2 - Espaços Naturais de Uso Fortemente Condiicionado
 - a - Arruhas e Farpas
 - b - Prados Naturais
 - c - Áreas de Fruto Erição
(dentro do Espaço Urbano)
- 3.3 - Espaços Naturais de Uso Condiicionado
 - a - Vegetação Ripícola / Áreas de Protecção às Linhas de Água
 - b - Floresta Laurissilva
 - c - Outros Tipos de Floresta Natural
- 3.4 - Espaços Naturais de Uso Recreativo
 - a - Praias
 - b - Zonas Naturais de Lazer e Recreio
 - c - Espaços Canais
(dentro do Espaço Urbano)
- 5 - Espaços de Equipamento Estruturante
(dentro do Espaço Urbano)

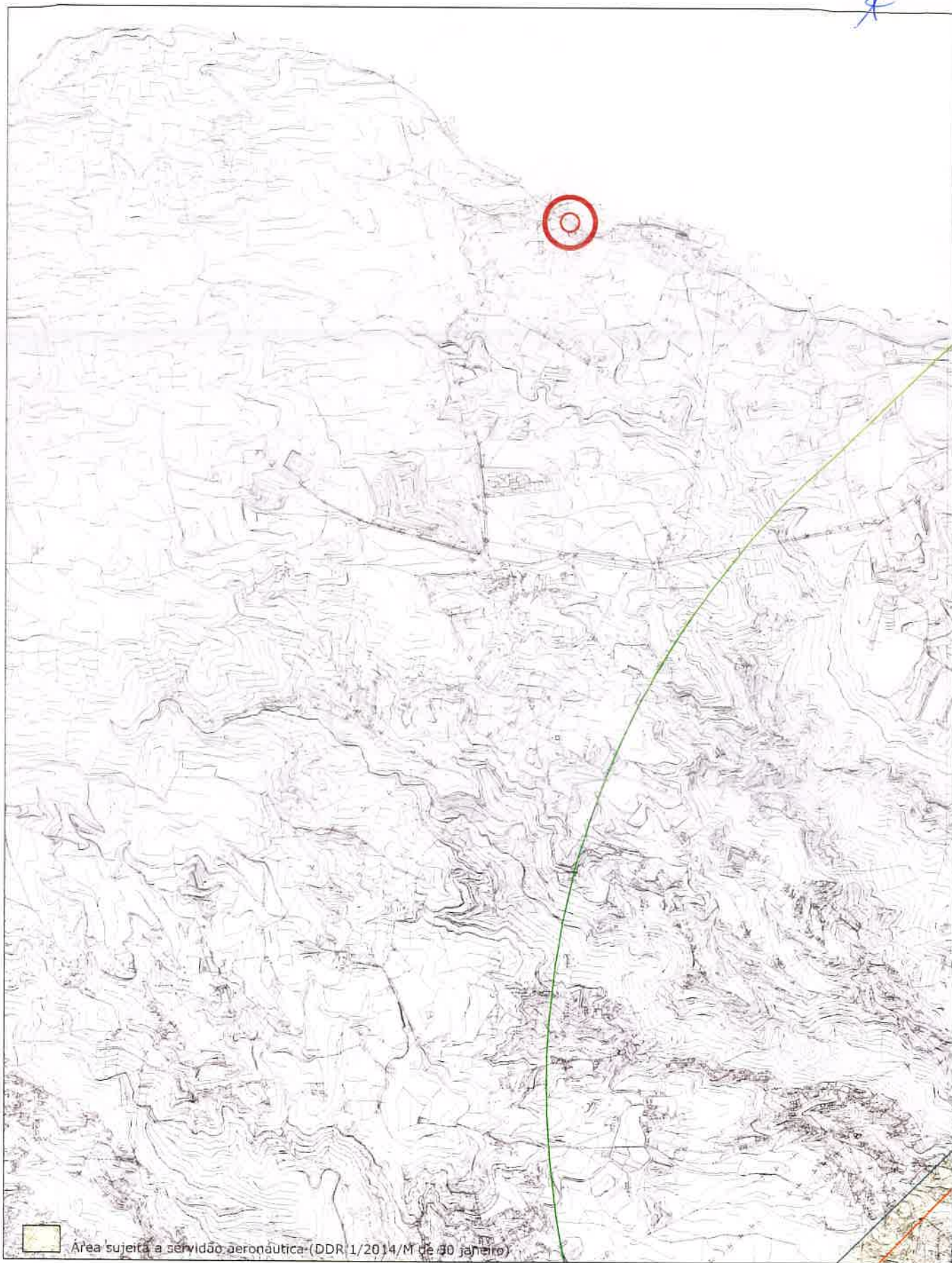
6 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO


- U1 CIDADE DE SANTA CRUZ
- U2 VILA DO CANIÇO
- U3 CAMACHA
- U4 CANIÇO DE BAIXO
- U5 GARAJAU
- U6 GAULA
- U7 PORTO NOVO
- U8 VALE DA RIBEIRA DA BOAVENTURA
- U9 PRAIAS
- U10 ESPAÇOS AGRÍCOLAS
- U11 ESPAÇOS FLORESTAIS
- U12 ESPAÇOS VERDES EM MEIO URBANO

Escala 1/10000

É proibida a reprodução parcial ou total deste documento. O mesmo tem de ser devolvido a esta autarquia, depois de analisada a forma de aprovação.

3
20



<p>MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ</p>  <p>Seção de Arquitetura e Desenho</p>	<p>Contem</p> <p>Planta de Localização</p>	<p>Coordenadas Google</p> <p>Coord:(32°43'33.85"N;16°49'34.88"W)</p> <p>Prédio Artº -Secção-" -Sto Serra</p>
	<p>Data</p> <p>Fevereiro 2020</p>	<p>Escala</p> <p>1/25000</p>



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
CÂMARA MUNICIPAL

GABINETE DE GESTÃO E URBANISMO

TITULAR DO PROCESSO	RICARDO RAFAEL VIEIRA ALVES		
REQUERENTE	RICARDO RAFAEL VIEIRA ALVES		
N.º REQUERIMENTO	503/20	N.º PROCESSO	243/20
DATA DE INFORMAÇÃO	2020/02/12		
TECNICO / FUNCIONARIO	Jose Ricardo Inocento da Mota Gomez		
ASSUNTO	Informação técnica para autorização de localização e certidão - S A Serra.		

CONTEÚDOS

1. Pretende-se informação técnica para um pedido de **Autorização da Localização** e respetiva emissão de certidão para prédio urbano identificado pelo artigo rústico cadastral n.º 3 da secção 'G', no sítio do Lombo das Raízes, freguesia do S A Serra, destinado a uma **Unidade Artesanal de produção de Pão de Fermentação Natural**, sendo o prédio confinante com a **ER 110**, tendo o n.º de porta 414, tendo os serviços administrativos anexado ao processo o projeto de construção no prédio para **habitação** que dispõe a autorização de utilização n.º 79/79 e licença de obras n.º 86, de 1978.03.13.
2. Não há informação dos **serviços de fiscalização** a comunicar à atual situação física do prédio e os possíveis condicionantes envolventes (*na planta cadastral existem levadas a Norte e Sul*).
3. De acordo com o requerimento, destina-se o presente para **instruir processo de licenciamento industrial** a apresentar na **DRET** (*Direção Regional da Economia e Transporte*) no âmbito do disposto no n.º 3, do artigo 14º, do DLR n.º 28/2009/M, de 25 de setembro, alterado pelo DLR n.º 8/2013/M, de 18 de fevereiro.
4. Atendendo o plano em vigor **PDM** (*Resolução 3/2004/M, 2ª série, do DR n.º 131 de 4 de Junho*) o prédio está "**1. – Espaços Urbanos: 1.5 – Espaços Urbanos de Expansão e Colmatagem de Baixa Densidade**", Cp. VII, **artigo 40º** do regulamento do **PDM**:

Artigo 40º

Espaços urbanos de expansão e colmatagem (baixa densidade)

A construção de edifícios em terreno livre ou para substituição de edifícios existentes fica sujeita cumulativamente ao preconizado nos artigos 33º, 34º e 35º e às seguintes prescrições enquanto não existir plano de urbanização ou plano de pormenor plenamente eficaz:

- 1 — Manutenção de plano edificado marginal a acesso público.
- 2 — Morfologias edificadas definidas pelo tipo dominante na envolvente.
- 3 — Profundidade máxima das edificações em relação à estrutura de acesso público, 14 m com um máximo de 16 m no subsolo, não podendo a nova construção exceder a profundidade dos edifícios confinantes, não contabilizando os casos dissonantes.
- 4 — Para as novas intervenções, a cêrcea máxima é determinada pela média da cêrcea dos edifícios adjacentes lateralmente mais próximos, com o limite máximo de dois pisos mais um piso, excluídos que sejam os casos dissonantes, sem prejuízo do artigo 59º do RGEU, sendo admissível a construção contínua no estrito cumprimento do

RGEU.

5 — Os indicadores urbanísticos aplicáveis ao lote ou parcela são os seguintes:

5.1 — Índice de construção máximo — 0,50;

5.2 — Percentagem de área coberta máxima — 25 %;

5.3 — Superfície impermeabilizada máxima — 50 %;

5.4 — Em usos habitacionais, cada unidade edificada da construção isolada ao lote ou parcela não deverá ter cumulativamente ABC emergente do solo superior a 400 m² e frente edificada máxima de 20 m.

5. Atendendo que o prédio se encontra *plenamente* identificado num espaço cujos **usos** se encontram identificados no **artigo 33º** (Usos e atividades) que **admite** usos **industriais** e armazenagem, desde que compatíveis com a atividade residencial e estejam integrados nas condições de edificabilidade definidas para a zona (que é o caso) entendemos que **pode ser concedido a autorização de localização** e, posteriormente, **deverá** proceder a alteração da autorização de utilização existente (habitação) para indústria donde, na certeza de que V. ex. melhor disporá, a superior decisão.

AOS:2020/2/12

Técnico/ Funcionário

Américo A. N. S.

Parecer / Encaminhamento

Despacho

A Numa 2
Câmara para
empresas e entidades

Ph

14. Fevereiro - 2020

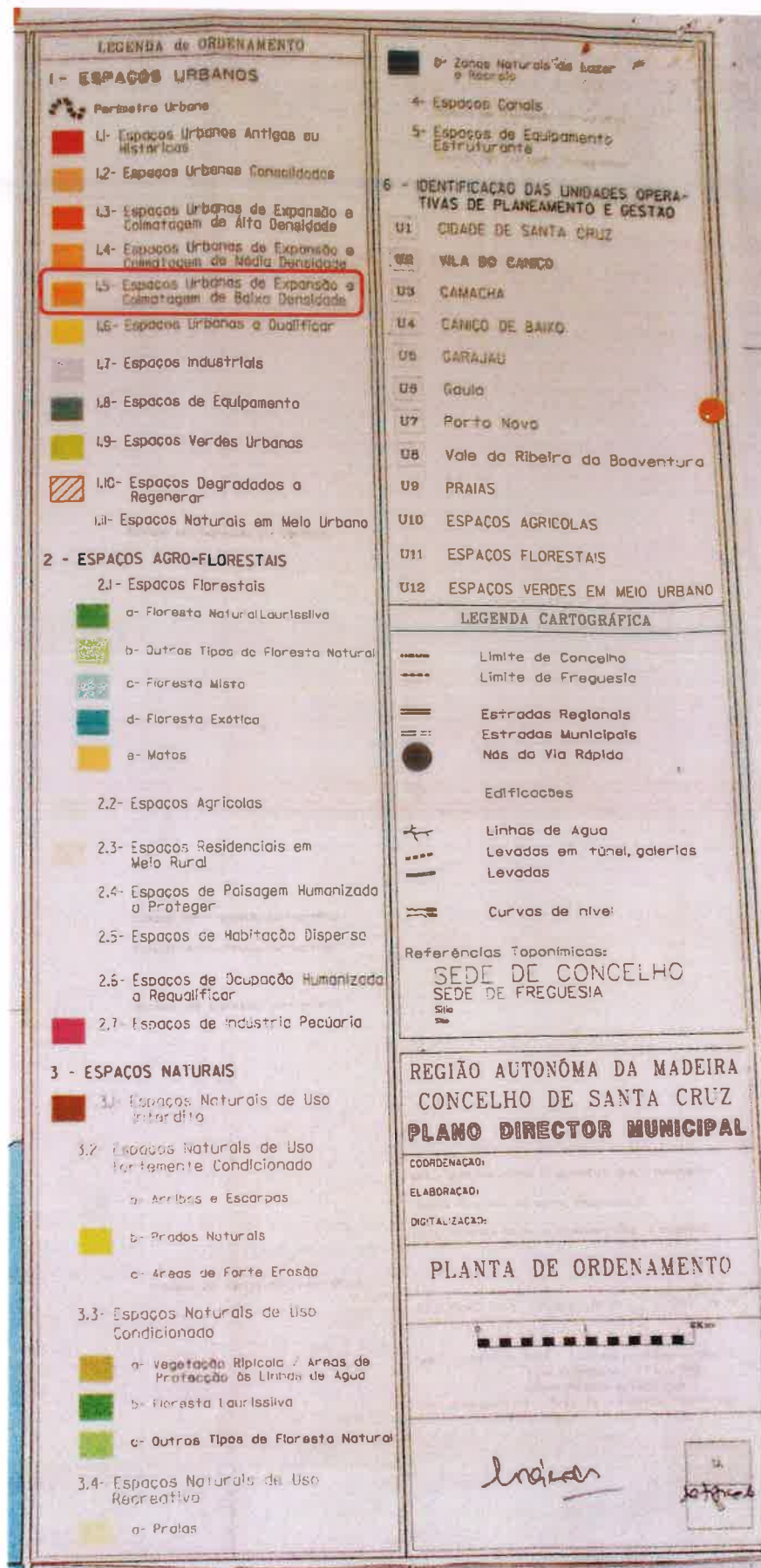


município de

santa cruz
madeira

Escala: 1 / 10 000

Extrato do plano PDM: Artigo 3 da secção 'G' – sítio da Abegoaria, freguesia do Caniço.





MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
CÂMARA MUNICIPAL
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

ATA EM MINUTA Nº 06/2020
Mandato 2017/2021

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA REALIZADA A
05 DE MARÇO DE 2020

Nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e nºs 4 e 6 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo, foi aprovada na reunião Ordinária da Câmara de 05 de março de 2020, as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento, bem como o original da referida proposta, a ata em minuta:

<u>Presenças:</u>	Filipe Martiniano Martins de Sousa	- Presidente
	José Miguel Velosa Barreto Ferreira Alves	- Vice-Presidente
	Élia Luísa Dias Gonçalves Ascensão	- Vereadora
	Dúlio Gil Alves Freitas	- Vereador
	Jaime Casimiro Nunes da Silva	- Vereador
	Edite Pestana Rocha Alves	- Vereadora

A – Período de Antes da Ordem do Dia;

B – Período da Ordem do Dia;

CAPÍTULO I - Ata da reunião anterior

1. ***Proposta da Ata nº 05/2020 - Reunião Ordinária Pública Descentralizada, realizada a 20 de fevereiro de 2020.***
Deliberação n.º 42/2020 – Aprovado por unanimidade dos presentes na reunião em apreço.

CAPÍTULO II – Gabinete da Presidência

2. Análise, discussão e votação da ***Proposta Nº 40/2020 – Transferência de localização da farmácia Santo Amaro*** – (subscrita pelo Senhor Vereador Dúlio Freitas).
Deliberação n.º 43/2020 – Retirado.

CAPÍTULO III – Divisão de Urbanismo e Planeamento

3. Análise, discussão e votação da ***Proposta Nº 37/2020 – Declaração de caducidade do projeto de arquitetura*** – (subscrita pelo Senhor Vereador Dúlio Freitas).
Deliberação n.º 44/2020 – Aprovado por unanimidade.
4. Análise, discussão e votação da ***Proposta Nº 38/2020 – Proposta para fins de emissão de certidão de localização para instrução de licenciamento industrial na DRET – Proc. N.º 243/20 – Ricardo Rafael Vieira Alves*** – (subscrita pelo Senhor Vereador Dúlio Freitas).
Deliberação n.º 45/2020 – Aprovado por unanimidade.



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
CÂMARA MUNICIPAL
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

CAPÍTULO IV – Ata em Minuta

5. **Aprovação da Ata em Minuta n.º 06/2020.**
Deliberação n.º 46/2020 – Aprovado por unanimidade.

Paços do Concelho de Santa Cruz, 05 de março de 2020

O Presidente

A Adjunta do Gabinete
de Apoio à Presidência